

Inpe ajuda o governo a reduzir o desmatamento na Amazônia

Levantamento do instituto mostra área desmatada

Da Reportagem Local

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulga hoje detalhes do levantamento utilizado pelo governo federal para restringir, por meio de Medida Provisória, o desmatamento na Amazônia.

A Medida Provisória foi anunciada na semana passada pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e reduz de 50% para 20% o limite de desmatamento permitido em propriedades na Amazônia.

A nova legislação levou em consideração a evolução da taxa de desmatamento da região entre 91 e 94, medida pelo Inpe por meio da utilização de

imagens do satélite Landsat.

O governo também baixou um decreto proibindo por dois anos novas concessões e autorizações para exploração de madeiras do tipo mogno e virola.

O levantamento do Inpe analisou cerca de 80% dos 5 milhões de m² de área da Amazônia Legal.

Os resultados mostraram que, entre 91 a 94, houve um aumento de 33% na taxa anual média de desmatamento.

A taxa subiu de 0,30% para 0,40% da área de floresta, o que corresponde ao desmatamento de uma área de 11.130 km² em 91 e de 14.896 km² em 94.

O desmatamento aumentou

nos Estados do Pará, Mato Grosso e Acre. Segundo constatou o Inpe, os pontos críticos estão em áreas de fronteira agrícola, em regiões típicas de cerrado.

Nos Estados do Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins, houve uma redução no nível de desmatamento.

Metodologia

O diretor do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa, deve torner hoje certas do levantamento que foi feito sobre a Amazônia.

Barbosa deve mostrar qual foi a metodologia utilizada no levantamento e a previsão de divulgação dos dados relativos a 95 e a 96.